

UM ESTUDO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ESCOLA TIA CIATA: ESCOLARIDADE, TRABALHO E VULNERABILIDADE SOCIAL.

Áurea Cristina Ramos de Novaes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO – anovaes@rnergia.com.br

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa concluída, que culminou com uma dissertação de mestrado escrita a partir de revisão documental e entrevistas, tratando de alguns aspectos do projeto da Escola Tia Ciata (ETC), tais como a questão do trabalho, do resgate da autoestima e da valorização da história de vida de jovens em situação de rua ou moradores de comunidades carentes com defasagem na escolaridade. O projeto político pedagógico da Escola, de caráter experimental, implantado na década de 1980 no governo estadual de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, visava melhor atender a demanda trazida por aqueles alunos, tendo em vista compensar um histórico de fracasso escolar, uma vez que as demais escolas da rede não obtinham sucesso. Considerando essa realidade peculiar, a Escola Tia Ciata pensou o currículo e o método pedagógico como para uma escola não seriada, terminando esse ciclo escolar na chamada 4ª série do ensino fundamental. Boa parte dos alunos que frequentava a Escola Tia Ciata, tinha uma relação péssima com a imagem de escola, em função de sua experiência de “fracasso escolar”, através de sistemáticas “reprovações”. Para saber o papel que a ETC exerceu na escolarização de adolescentes em situação de vulnerabilidade social foram discutidos os conceitos de trabalho, vulnerabilidade social e escolaridade. Autores como Paulo Freire, Gaudêncio Frigotto, Eveline Algebaile, Miguel Arroyo, entre outros, nos ajudaram a pensar sobre a complexa temática, que não se esgota com essa reflexão proposta, mas que revelou o quanto é possível lidar com essa realidade, desde que haja vontade política e abertura para alternativas inclusivas possíveis.

Palavras-chave: Escola Tia Ciata, Papel Social da Escola, Vulnerabilidade Social, Escolaridade, Trabalho.

Introdução

Percebendo que boa parte de nossas estruturas sociais veem com naturalidade a exclusão social, econômica e educacional dos pobres, negros, caboclos, dos moradores de favelas, com reflexos em nosso sistema público de educação, nos vimos desafiadas a pensar em formas

possíveis para superar essa mentalidade. O resgate histórico da Escola Tia Ciata, objeto de minha dissertação, mostra um desses caminhos. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo compreender, no contexto dos anos 1980, o papel que a Escola Tia Ciata (ETC) exerceu, na escolarização de adolescentes marginalizados política, social e economicamente. Também objetiva resgatar o papel que desempenhou, junto a esses jovens, em prol de sua inserção no mercado de trabalho e o que isso representou no fortalecimento do vínculo aluno-escola. Como pano de fundo, a pesquisa propõe uma outra questão, que trata de um aspecto não menos importante: por que resgatar a história da ETC no atual contexto social e político brasileiro?

Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida como um estudo de caso, com abordagem qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas com Lígia Costa Leite, uma das fundadoras e coordenadora do projeto. Consultamos livros, sobre o tema “meninos de rua”, já publicados pelos profissionais envolvidos no projeto. Revisão documental do Acervo da Escola Tia Ciata (AEMTC) onde acessamos decretos referentes à criação da escola, projetos para o Programa Especial de Educação, textos produzidos pela coordenação pedagógica, pelos docentes, recortes de jornais, fotografias, matérias jornalísticas, vídeos. Acessamos alguns depoimentos da época gravados com os professores, coordenadores e alunos e fizemos novas entrevistas.

Resultados

Essa pesquisa nos mostrou que a escola, em geral, nos parece pouco vista como espaço para a inclusão social de nossos jovens em situação de vulnerabilidade. Projetos como os da Escola Tia Ciata parecem não serem merecedores de constantes investimentos públicos. Por outro lado, a escola, também de maneira geral, cobre vasta área do território nacional, se fazendo presença onde há muitas ausências do Estado. Ela passa a ser exigida, num sentido mais amplo, dissimulando as omissões do Estado. A luta pela constituição e pela sobrevivência da ETC é a própria tradução de muitos sentimentos, tais como: de esperança, medo, angústia, de percepção da exploração, da injustiça, da solidariedade, da persistência, que acompanham, acompanham e acompanharão quem escolheu seguir os passos dos inconformados. A ETC deixou em muitos ex-alunos a marca da possibilidade e da mudança através das oportunidades de trabalho e sobretudo pela elevação de sua autoestima, como pessoa e como cidadão.

Discussão

No Brasil, não houve projeto político que visasse a integração do negro liberto ao mercado de trabalho, optando-se por acolher imigrantes europeus, mão de obra que se acreditava pronta. Ao negro livre restou o mercado alternativo de serviços não especializados. Aos horrores da escravidão e posteriormente aos da exclusão imposta pela abolição, somou-se a culpabilização do negro pela ocupação e pelo domínio das ruas. Daí todo um sistema de leis de repressão à sua presença. Mesmo a historiografia da época não se furtou a avaliar o comportamento ocioso do negro, difundindo a ideia, até hoje veiculada, de que a escravidão no Brasil foi mais suave, mais generosa, do que em outros países e que o preconceito se extinguiu junto com a escravidão. De acordo com essa visão, o negro teria permanecido nas ruas por sua natureza refratária ao trabalho.

“[...] o primeiro projeto de lei surgido após a assinatura da lei Áurea, foi o de REPRESSÃO À OCIOSIDADE. Em seu artigo 2º, parágrafo único, prevê a educação da infância culpada a partir da criação e manutenção de asilos correccionais que atenderiam àqueles ociosos, menores de 17 anos, refratários ao trabalho” (Leite, 1991, p. 64)

No entanto, tanto no Rio como em São Paulo, os escravos e homens livres eram os que ocupavam com maestria todos os espaços do mercado de trabalho, dinamizando a produção em níveis os mais diversificados. Exerciam os ofícios, que depois seriam ocupados pelo trabalho imigrante, escreve Monteiro (2001, p. 50) citando o sociólogo Clóvis Moura (autor do livro “Sociologia do negro brasileiro”), que diz:

“Todo racismo embutido na campanha abolicionista vem, então, à tona. Já não era mais acabar-se com a escravidão, mas enfatizar-se que os negros eram incapazes ou incapacitados para a nova etapa de desenvolvimento do país. Todos achavam que eles deviam ser substituídos pelo trabalhador branco, suas crenças deviam ser combatidas, porque não foram cristianizados suficientemente, enquanto o italiano, o alemão, o espanhol, o português, ou outras nacionalidades europeias, viriam trazer não apenas o seu trabalho, mas a cultura ocidental, ligada histórica e socialmente às nossas tradições latinas. Alguns políticos tentam inclusive introduzir imigrantes que fugiam aos padrões europeus, como os chineses e mesmo africanos. A grita foi geral. Precisávamos melhorar o sangue e a raça.”

Em suma, o “Brasil tinha que ser capitalista e branco”.

Foram muitas as falácias contra o negro trabalhador, mas Monteiro (2001, p. 50) cita Luiz Vianna Filho (estudioso de história e de sociologia regional, autor do livro “O negro na Bahia”) que as desmente, ao se referir à inteligência do negro para aprender e desenvolver as técnicas referentes ao seu trabalho:

“Nos sobrados, nos engenhos, nos campos, toda atividade seria absorvida pela massa escrava, importada da África e cuja inteligência facilmente aprendia os conhecimentos necessários ao serviço para que era designada. Mal

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

chegados, os negros logo assimilavam o que lhes ensinavam, transformando-se em ferreiros, carapinas, marceneiros, caldeireiros, oleiros, alambiqueiros e até mesmo mestres de açúcar, sabendo o cozimento do mel, o “ponto” do caldo, a purga do açúcar.”

Nem os ideais republicanos resistiram à ideologia depreciadora do trabalhador negro, prova disso é o Decreto 528, de 28 de junho de 1890, que regularizava “o serviço de introdução e localização de imigrantes” no Brasil. Assim diz o artigo 1º do Decreto: “É inteiramente livre a entrada nos Portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptualizados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderiam ser admitidos de acordo com condições que forem estipuladas. ”

A política imigratória de discriminação clara contra os negros não para por aí. Em várias constituições republicanas o Estado apoia essa discriminação, perpetuando a exclusão da comunidade negra dos vários segmentos do poder econômico e político da sociedade. Monteiro (2001, p. 51) cita Skidmore, que afirma:

“Em setembro, de 1945, isto é, um mês antes de ser deposto pelos militares, Vargas assinou um importante Decreto-lei nº 7667, (de 18 de setembro de 1945) estipulando que os imigrantes seriam admitidos em conformidade com a “necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”.”

Os autores da Constituição de 1946¹ mantiveram essas premissas com todas as conotações racistas. Ou seja, nada foi feito para apoiar e incentivar esse enorme contingente humano de origem afro-brasileira a progredir economicamente. Ao contrário, todo um arsenal de estereótipos e desvalorizações quanto a sua inteligência e capacidade como trabalhador e empreendedor continuaram despejados contra o negro.

Segundo Monteiro (2001, p. 56), os baixos níveis de capital social² e quase ausência de uma autoimagem positiva do negro como estudante, profissional, empresário são resultantes

¹A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, ou Constituição de 1946, foi a quinta constituição brasileira, sua quarta republicana e terceira de caráter republicano-democrático, promulgada após a queda do Estado Novo em 1945. Um texto redemocratizador, a Carta de 1946 espelhava a derrocada dos regimes totalitários na Europa e o retorno, ainda que tênue, dos valores liberais no mundo. De certo modo, ela tratou de restabelecer os valores democráticos e republicanos da Constituição de 1934, como a liberdades de expressão e as eleições diretas para os principais cargos do Executivo e Legislativo, e de instituir alguns novos preceitos, como a ampliação do voto feminino para todas as mulheres e a inviolabilidade dos sigilos postais. No entanto, indicando tendências centralistas do Poder Executivo, esta Constituição também manteve algumas prerrogativas do período getulista, a exemplo do corporativismo sindical. Sua vigência durou até a Constituição de 1967, mas, na prática, ela virou “letra morta” nas mãos dos governantes militares, logo após o Golpe de 1964.

² Capital Social são heranças da nossa formação familiar, religiosa e escolar. São valores e ideias que subliminarmente nos foram inculcados por nossos pais, professores, amigos e outros que influenciaram na nossa formação intelectual e que inconscientemente, orientam nossas vidas, segundo Dagen (1989). Na p. 27 deste trabalho abordamos o tema “Capital Social” do ponto de vista de Bourdieu.

diretos da forma como se deram e se dão as relações entre raças no contexto da cultura e da organização social brasileira ontem e ainda hoje.

Percebemos ainda uma forte associação da pobreza à delinquência. Ou seja, na prática, o centro da discriminação e preconceito foi e continua sendo crianças e adolescentes pobres, negros, de baixa renda e com baixa escolaridade, quando a tem. Dessa forma, os meninos em situação de rua, antes de mais nada, são crianças e jovens que denunciam, para toda a sociedade, uma realidade, desconhecida de muitos, que são milhões de crianças e jovens que vivem no limiar da pobreza, sem chances de mudar seu destino (LEITE, 2001 P. 47).

Nas ruas, essas crianças e jovens denunciam o abandono social com suas presenças, já que não se encontram alternativas educativas para eles (são expulsos das escolas ou, muitas vezes, não desejados) e suas famílias não têm como sustentá-los ou mesmo o ambiente familiar os convida a deixar a casa (violência, miséria). As cidades passam a abrigá-los e através de alguns programas podem ser assistidos. É um desafio para as escolas da rede pública integrá-los. Segundo Streck (2015, p. 160-162) “há aí uma fronteira entre escolas da rede pública e programas de educação popular. É um lugar de indefinição e incertezas, mas é também da criatividade e da busca de alternativas originais.”

Como no caso da ETC, a educação popular pode ser entendida como um movimento pedagógico que se realiza nessas margens pouco definidas da educação hegemônica e, a partir desse lugar, inventa novas possibilidades. Dentre essas invenções, a partir da segunda metade do século XX, há a desconstrução da compreensão de educação popular³ como educação pública. Ou seja, pode haver intercessões entre educação popular e educação pública como ação promovida ou controlada pelo Estado, especialmente pela escola, mas também pode haver tensões e conflitos. A educação popular é melhor compreendida como a dimensão pedagógica da sociedade em busca de mudança; assim, situa-se melhor nos movimentos sociais populares. Portanto, por essa razão o “método” Paulo Freire surge no movimento de cultura popular no Recife. Urge que “desocultemos” as pedagogias invisibilizadas pela

³ **A Educação Popular** é um método de educação que valoriza os saberes prévios do aluno e suas realidades culturais na construção de novos saberes. Está implicada com o desenvolvimento de um olhar crítico, que facilita o desenvolvimento da comunidade em que o educando está inserido, pois valoriza o diálogo e a participação comunitária, buscando uma melhor leitura de realidade social, política e econômica desta. Não é “Educação Informal” porque visa a formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do sujeito. É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social. A principal característica da Educação Popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino, valorizando todos os sujeitos sociais nesse processo. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele, reconhecendo a importância do saber popular e do saber científico. A Educação é vista como ato de conhecimento e transformação social. A educação popular pode se dar em qualquer contexto, mas as aplicações mais comuns ocorrem em assentamentos rurais, em instituições socioeducativas, em aldeias indígenas e no ensino de jovens e adultos.

história pedagógica hegemônica. Nesse contexto, me senti estimulada a trazer à tona a intensa e breve história da ETC que, reconhecendo que há uma falta de oportunidade concreta para esse grupo de jovens em situação de vulnerabilidade social, atuou no sentido de sua inclusão social. Na contramão desse olhar, muitos desses jovens sentem que não têm nada a perder e desafiam as regras sociais, mostrando a vulnerabilidade delas, ao mesmo tempo.

O desafio cotidianamente posto tende a ser: o que fazer para sairmos desse impasse em que a vulnerabilidade do jovem se confunde com a vulnerabilidade da própria sociedade que o expurga? Como olhar esperançosamente para esses jovens e para essa realidade?

Escola Tia Ciata – Sua história:

A ETC foi fundada em 1983, durante o primeiro governo Leonel Brizola (1982 a 1989), eleito diretamente, após a abertura política. Em seu governo, a educação teve um lugar de destaque, passando a ser vista por um olhar mais sociológico, tendo como inspiração a Escola Nova e o projeto de educação em tempo integral do educador Anísio Teixeira⁴. Esse olhar ia ao encontro da visão do então vice-governador Darcy Ribeiro. Com isso, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro despertam o interesse em elaborar e implantar um Projeto de Educação Juvenil, em uma escola diurna e noturna para atender às crianças e jovens de rua ou moradores das favelas do Rio de Janeiro e arredores, que apresentassem defasagem na escolaridade.

Um dos maiores problemas dessas crianças e jovens era a falta de escolaridade e com isso sua dificuldade de serem inseridas socialmente e no mundo do trabalho. De acordo com o censo escolar da época da implantação do Programa Especial de Educação (PEE), implementado por Darcy Ribeiro na educação fluminense, mais de um milhão de jovens entre

⁴ O nome de Anísio Teixeira está vinculado ao campo da filosofia da educação no Brasil. Embora tenha atuado quase sempre como administrador público de diferentes setores da educação brasileira, de sua obra pode ser extraída uma concepção de educação, de homem, de sociedade e de conhecimento geradores de uma filosofia da educação que marcou o campo educacional entre os anos 20 e 60. Ao ler Dewey e conhecer as teses do pragmatismo norte-americano, Anísio foi absorvido pelas ideias de democracia e de ciência, as quais apontavam a educação como o canal capaz de gerar as transformações necessárias para um Brasil que buscava se modernizar. Enquanto filósofo da educação, Anísio Teixeira compreendeu criticamente o contexto econômico, social e cultural de seu tempo. Referiu-se às transformações materiais que já estavam ocorrendo no Brasil e que, ainda viriam a ocorrer, às mudanças de valores e às novas perspectivas que se colocavam para a sociedade brasileira. Seu otimismo para com a ciência, com o método científico e com suas aplicações técnicas conduziram a um otimismo, também, em relação à uma nova escola. Se a sociedade passava por mudanças era preciso que a escola preparasse o novo homem, o homem moderno, para integrar-se à nova sociedade que deveria ser essencialmente democrática.

14 e 18 anos podiam ser considerados analfabetos funcionais, ou seja, sabiam desenhar o próprio nome, ler anúncios publicitários, ou símbolos conhecidos, nada além disso. Portanto, a marginalidade com relação à sociedade letrada levava à marginalidade socioeconômica.

Tomando esse desafio de interferir nessa realidade de difícil transformação, depois de dois anos de funcionamento, constatamos que houve um aumento considerável de matrículas na ETC, como se pode ver no quadro abaixo (LEITE, 1991, p. 136):

| Matrículas e aprovações dos alunos da Escola Tia Ciata | | | | |
|--|----------------|--|---|---|
| Período* | | Total de Matrículas (1ª a 4ª série) | Conclusão no 1º segmento do 1º grau (conclusão da "4a série") | Porcentagem de aprovação e matrícula na 5ª série |
| 1985 | 1º semestre | 68 | 12 | 17,6 |
| | 2º semestre | 286 | 28 | 9,8 |
| 1986 | 1º semestre | 300 | 32 | 10,6 |
| | 2º semestre | 493 | 35 | 7,1 |
| 1987 | 1º semestre | 290 | 23 | 14,5 |
| | 2º semestre | 387 | 36 | 14,4 |
| 1988 | 1º semestre | 270 | 25 | 9,5 |
| | 2º semestre ** | 584 | - | - |

* As estatísticas começaram a ser feitas a partir de 1985

Não houve conclusão do segundo semestre letivo de 1988, em função da greve geral no município do Rio de

** Janeiro.

Um aluno que tivesse repetido por muitas vezes a 1ª série, sem aprender a ler ou escrever, poderia em meses sistematizar seu conhecimento, podendo alcançar a 5ª série mais rapidamente. O aluno passa a se ver como o principal agente de sua aprendizagem.

Por essa razão, o quadro acima mostra o total de matrículas (da 1ª à 4ª série) e na coluna seguinte, os alunos que concluíram a 4ª série e, dessa forma, que alcançaram a 5ª série. Nesse momento, se desligavam da ETC e eram matriculados em uma outra escola da rede municipal. Apesar de todas as dificuldades e limitações, pelo tipo de trabalho educacional que realizou, a ETC conquistou o reconhecimento público, dos próprios alunos e de seus pais.

Vale ressaltar que a escola se propunha a funcionar em dois turnos, tarde e noite. Em abril de 1985 tinham sido matriculados 68 alunos e no final do ano letivo eram 286.

A partir de 1987, a Escola Tia Ciata, já integrada à Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, se manteve oferecendo escolaridade para jovens entre 12 e 24 anos, chegando a ter, durante os cinco anos que funcionou, mais de mil alunos, divididos em turmas de até 15 estudantes.

Uma significativa reportagem do Jornal do Brasil de 05/05/1986 trouxe como título “Menino pobre recupera na escola o tempo perdido”. De fato, os jovens Erivaldo, Ivan e Flávio, todos com 14 anos [...] há um ano não passavam de meninos analfabetos, pobres, sujos e agressivos. Hoje, um ano depois de frequentarem a Escola [Tia Ciata], que funciona no Sambódromo, pobres continuam, mas já rabiscam e leem palavras e vaidosamente cuidam das roupas, do cabelo e envergam o uniforme de garis-mirins da COMLURB”. E continua a matéria: “Dentro do Sambódromo, a Escola de Erivaldo, Ivan e Flávio – e de outros 600 jovens de 12 a 22 anos – é vista como um quisto: uns chamam de “escola da delinquência”, outros de “a fina flor da Passarela”. [...] Apesar de já conseguirem ler e escrever alguma coisa, os três não são considerados alfabetizados. “Alfabetizados para nós”, explica Lígia Maria Costa Leite, “é quem consegue interpretar um texto, correlacioná-lo a outros e avaliá-lo, o que equivale a ter a quarta série. [...] Rachel Guimarães Correa Neto, mãe de Herman, aluno da ETC, observa: “Isso aqui é ótimo, pois meu filho estudou dos 6 aos 13 anos e não conseguiu aprender a ler; veio para cá no ano passado [em 1985] e agora o pai já pede para ele ler as manchetes do jornal e ele lê.”

Considerando essa realidade tão peculiar, o currículo e o método pedagógico foram pensados como para uma escola não seriada, terminando na 4ª série do ensino fundamental. Tanto o currículo quanto o método pedagógico foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, (CEERJ⁵), em outubro de 1987, com o parecer da presidente, Professora Myrthes Wenzel, que reconhece a ETC como um projeto experimental e assinala: “torna-se, portanto, indispensável que os educadores, usando de toda a criatividade de que são capazes, partam para propostas que atendam a especificidade da clientela e que sejam, ao mesmo tempo, elementos de promoção social dos alunos e das comunidades. [...] é extraordinária a tentativa da Escola Tia Ciata, uma escola diferente, que chega ao aluno, penetrando em seu mundo, respeitando-o e procurando socializá-lo no sentido de torná-lo cidadão capaz de compreender direitos e deveres dentro de comunidades livres”. (Anexo, p. 139).

⁵ O Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CEERJ) é o órgão normativo e recursal do Sistema Estadual de Educação. Foi criado pela Lei nº 51/75, modificada pelas Leis nº 3.155/98 e nº 4.528/05 - Lei do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro e suas alterações.

Ainda em 1987, os coordenadores da ETC foram convidados a participar do grupo inicial de discussão que fundamentou as transformações na lei federal N° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Em decorrência disso, em 1988 foi selecionada pelo BNDES como um modelo de escola a ser multiplicado em outras cidades, recebendo recursos do FINSOCIAL⁶ para construir e montar uma sede própria na Praça Onze, além de verba para capacitar os professores que ali trabalhavam.

Havia uma efervescência em torno do projeto em função de sua peculiaridade, persistência, irreverência e consistência, que lhe garantiu uma nova titulação, novo reconhecimento, mais abertura e liberdade administrativa e pedagógica. Trata-se do Decreto n° 7553 de 12 de abril de 1988, publicado no Diário Oficial do Município do Rio, de 13 de abril de 1988, que transformava a Escola Municipal Tia Ciata em “Escola de Educação Juvenil Tia Ciata”. Leite (1991 p. 187). Esse decreto (Anexo, p. 142) traz 7 artigos dos quais destaco os 2°, 3° e 5°, que afirmam:

Art.2°: A metodologia e a organização administrativa da ETC serão diferenciadas do regime comum da rede oficial, a fim de se preservem seus objetivos primordiais.

Art.3°: A direção da escola será exercida em regime de colegiado, para tal fim, com a participação de coordenação pedagógica e de representantes dos diversos segmentos que constituem a comunidade escolar.

Art. 5°: A matrícula na Escola de Educação Juvenil Tia Ciata poderá ocorrer em qualquer época do ano letivo, não sendo pré-requisito a apresentação de documentos.

Os decretos apresentados reforçaram as propostas experimentais da ETC que puderam oficialmente se manter diferenciadas das desenvolvidas pelas escolas tradicionais. Segundo Leite (1991, p. 106):

Além da interdisciplinaridade [...] havia outros princípios básicos inovadores. A não-seriação dos alunos, respaldada pela própria Lei n° 5.692/71, baseava-se na necessidade objetiva de os alunos sistematizarem o conhecimento disperso que possuem. À entrada da Escola, eles seriam submetidos a um teste que os agruparia em uma sala de aula, com colegas do mesmo nível de conteúdos didáticos assimilados. A partir de uma ficha de avaliação individual, na qual constaria todo o conteúdo programático necessário para a aprovação no 1° segmento do 1° grau (4ª série), os alunos iam superando as diversas etapas de seu próprio ensino. Poderiam ao fim de cada semana ou mês, ser remanejados para uma sala onde os conhecimentos seriam mais aprofundados. Poderiam, também, ir para outra sala onde os conteúdos fossem iniciais.

⁶ A contribuição para o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, instituída pelo Decreto-lei n° 1.940, de 25 de maio de 1982, tem por finalidade custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor (Decreto-lei n° -1.940/82, art. 1°).

O fato gerador da contribuição para o FINSOCIAL é a venda de mercadorias ou serviços.

Como vimos, a escola até 1988 atendia a cerca de 580 alunos, entre 12 e 20 anos. Parte desses alunos já trabalhava como ambulante ou mesmo em instituições de apoio ao “menor”; no entanto, se sentiam explorados.

Percebemos que atrelar a atividade escolar à possibilidade de trabalho remunerado fez grande diferença para aquela população, naquele contexto. Foi um diferencial para manter o jovem na escola e, assim, avançar em sua escolaridade.

Em função dessa demanda percebida, a ETC conseguiu junto à COMLURB, RIOTUR e às empresas construtoras de CIEPs que abrissem vagas para trabalhadores mirins. Caberia à coordenação do Projeto acompanhar os alunos da escola em supervisões semanais para discussão das questões que perpassam essa prática, em um subprojeto de educação para o trabalho.

A partir de agosto de 1988, a escola foi presenteada com um novo prédio, inaugurado pelo prefeito Saturnino Braga e o secretário de educação, professor Moacyr de Goes. Localizada na Cidade Nova, a nova sede da escola foi financiada pelo BNDES. Com esses incentivos a escola foi toda equipada, com móveis, ventiladores, TV, além de receber uma biblioteca para o trabalho escolar e de materiais para oficinas de marcenaria, cerâmica, gráfica, entre outras coisas.

Escola Tia Ciata – Política Pública Pedagógica

A Política Pública Pedagógica da escola foi estruturada levando em conta a realidade desses jovens, vindos das ruas ou das comunidades carentes, nas quais estavam inseridos. Foram consideradas suas vivências, histórias de vida, expectativas, de modo a que se sentissem sujeitos de sua própria aprendizagem e que pudessem, dessa forma, progredir nos estudos. Percebeu-se que boa parte dos alunos tinham em comum o desejo de entrar para a sociedade letrada e de serem respeitados, apesar de muitos estarem francamente pessimistas com relação a essa possibilidade.

A estrutura curricular, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, baseava-se em dois grandes eixos: língua portuguesa e matemática. Trazia também, como conteúdo de ensino, a história dividida em três perspectivas que se inter-relacionavam: a história passada e oficial (que encontramos nos livros escolares e que aprendemos como sendo a história do Brasil), a história do cotidiano (presente nos jornais, na televisão e no cotidiano informal de nossas vidas) e a história de vida dos alunos (narrativas deles próprios). Para tal, era fundamental

observar e reconhecer como legítimos os saberes conquistados no abandono, a partir das experiências acumuladas pela vida nas ruas: suas histórias de vida.

Para Leite (2001, p. 75), o projeto da ETC partia da ideia de que uma escola pública pode e deve escolarizar os alunos, quaisquer que sejam suas origens ou condições socioeconômicas. Para comprovar essa hipótese, a equipe responsável pela escola se propunha a atender: aos jovens que não conseguiam progredir nos estudos; aos excluídos de outras escolas; aos que já estavam nas ruas; aos que nunca haviam entrado numa escola; aos repetentes crônicos da 1ª série do ensino fundamental. Seu objetivo, para tanto, era “recuperar para si mesmos e para o país jovens entre 14 e 20 anos, analfabetos.” Interrompendo todos esses desafios e esperanças, em janeiro de 1989, a ETC teve sua equipe de coordenação e planejamento exonerada das funções, sob a alegação de terem suas matrículas pertencentes ao estado e não ao município.

Conclusões

Hoje, mais do que nunca, percebo a importância do resgate da história da ETC, não só porque ela nos revela uma realidade que era preferível que não existisse, como porque ela mostra o quanto é possível lidar com essa mesma realidade. Ao longo deste trabalho pudemos perceber também o quanto as elites brasileiras se esforçaram e se esforçam para transformar o Brasil num país capitalista e branco, desde o século XIX.

No Brasil de hoje, convivemos com o desmonte do estado democrático de direito, com a precarização do trabalho e com a perda de direitos trabalhistas; com o desinvestimento em saúde e educação e com o alcance de níveis alarmantes de desemprego, que inviabiliza o avanço de programas sociais inclusivos. Portanto, os vários desafios que nos rodeiam se mantêm insolúveis, inclusive os de enfrentamento das defasagens, de grande parcela de nossos jovens, em termos de escolaridade e de acesso ao mercado de trabalho, ficando preservada a situação de vulnerabilidade social. Cabe a nós mantermos vivas as experiências que representam e representaram luta e resistência, como aconteceu com o projeto da Escola Tia Ciata.

Aos negros e seus descendentes praticamente pouco foi oferecido que lhes garantisse entrar num processo de acumulação de capital, semelhante ao que aconteceu com os colonos brancos europeus. A exceção acontece para alguns negros tais como os negros islâmicos que exerciam atividades livres, desde o início do século

XIX. Estes eram conhecidos como negros de ganho (alfaiates, pequenos comerciantes, artesãos e carpinteiros). Apesar de livres, sofriam muita discriminação por serem negros e seguidores do islamismo.

Ainda, nos idos da década de 1980, não contávamos com o ECA. Os meninos, em situação de rua, podiam ser recolhidos e presos, a qualquer hora, em qualquer circunstância. Portanto, a ETC entra na vida desses jovens, buscando valorizar suas identidades, transformando a atividade pedagógica num trabalho de resgate de autoestima e até de proteção. Nesse sentido, a oportunidade de terem um uniforme de trabalho, mais do que ter o trabalho em si, era o sentido de pertença e proteção, que esses jovens precisavam. Una-se ao sentido de pertença, o acolhimento, a escuta, o respeito por sua história e especialmente a valorização da mesma. Percebo que, sem uma matriz própria, dificilmente uma escola qualquer pode receber e manter alunos tão marcado pela vida, sem que se reveja. Nesse sentido, percebemos que, numa perspectiva política, os problemas sociais e econômicos dos anos 1980 se mantêm e que projetos inovadores, desse porte, dependem da manutenção do apoio da classe política e dos governos. Este desafio está posto e precisa ser enfrentado por pais, mestres, alunos, pela classe política, mesmo constatando que a mudança que está em curso hoje no Brasil representa um crescente desinvestimento do Estado em áreas essenciais.

Referências

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **A necessária superação da dicotomia no debate série-ciclos na escola obrigatória**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, set./dez. 2010

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) KUENZER, Acácia; GENTILI, Pablo; FRANCO, Maria Ciavatta; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo; TIRIBA, Lia Vargas; VILLASANTE Tomas R. **Educação e crise do trabalho - perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEITE, Ligia Costa. **A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola Tia Ciata**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LEITE, Ligia Costa. **Meninos de rua: a infância excluída no Brasil**. São Paulo: Editora Atual, 2001

MONTEIRO, Jorge Aparecido. **O Empresário Negro: Histórias de vida e trajetórias de sucesso em busca da afirmação social**. Rio de Janeiro: Editora Independente, 2001.

STRECK, Danilo R. **Educação Popular e políticas públicas educacionais**. In: Vera Maria Candau; Susana Beatriz Sacavino. (Org.). *Educação: temas em debate*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.